

OS MITOS DE UMA LÍNGUA (DES) CONHECIDA

Brendom da Cunha Lussani (UNIVATES)
Bruna Rafaela dos Santos (UNIVATES)
Camila Cristina Martins Fonseca (UNIVATES)
Kári Lúcia Forneck (UNIVATES)

RESUMO: A língua portuguesa, da mesma forma como o ser humano, evolui no curso da história; afinal, só existe uma língua porque existem falantes que a mantêm em uso. Mas há uma cultura muito forte da predominância da gramática normativa como única abordagem linguística válida, o que confunde a concepção de língua e induz ao preconceito linguístico. A partir disso, criam-se mitos que disseminam ainda mais o preconceito na sociedade. Nesse sentido, este artigo, baseando-se em uma pesquisa quantitativa, teve como objetivo analisar a percepção de língua que os participantes possuem, e verificar se esses mitos realmente fazem parte de suas percepções. Para tanto, foi aplicado um questionário no Google Formulários no qual 143 participantes avaliaram enunciados que reproduzem concepções de preconceito linguístico. A partir da análise dos dados, observou-se que existem muitos conceitos distorcidos sobre a língua portuguesa que contribuem para a propagação do chamado preconceito linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito Linguístico. Língua. Sociolinguística.

ABSTRACT: The Portuguese language, just as the human being, evolves in the course of history, after all, there is only one language because there are speakers that keep it in use. But, there is a very strong culture of the predominance of normative grammar as the only valid linguistic approach, which confuses the conception of language and induces linguistic prejudice. From this, myths are created spreading even more prejudice on society. In this sense, this article, based on a quantitative research, had as objective to analyze the language perception that the participants have, and to verify if these myths really are part of their perceptions. In this way, a questionnaire in Google Form was applied with 143 voluntaries who evaluated statements that reproduce conceptions of linguistic prejudice. From the data analysis, it was observed that there are many distorted concepts about the Portuguese language that contribute to the propagation of the so-called linguistic prejudice.

KEYWORDS: Prejudice Linguistic. Language. Sociolinguistics.

1 INTRODUÇÃO

A forma como falamos carrega vários indícios de quem somos. É por meio da fala que podemos perceber nosso lugar de origem, a faixa etária, o gênero do falante e até mesmo os grupos sociais que frequentamos. Por isso, discriminar alguém pelo modo como faz uso da língua é também uma forma de preconceito. Entende-se por preconceito, segundo o dicionário *Michaelis*¹, “conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos necessários sobre

¹ MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/> Acesso em: 30 nov. 2017

um determinado assunto”. O preconceito, que infelizmente é recorrente em nossa sociedade, também está presente na língua. Quando alguém julga, principalmente, que o outro fala *errado*, essa ação desencadeia o preconceito linguístico.

Julgar como alguém fala é desconsiderar tudo o que esse já viveu e que está por detrás da sua fala. O preconceito linguístico, no fundo, é uma discriminação social. Uma vez que não existe uma forma certa ou superior de se falar, há apenas diferentes maneiras de manifestar a língua. Nenhuma das línguas faladas no mundo segue todas as convenções linguísticas que as normatizam. Esse fato não está preso a uma determinada pessoa ou a um grupo social, pois o fato de a língua mudar é transversal e atemporal. As regras que hoje temos como certas, outrora serão diferentes, isso porque a língua, sendo viva, modifica-se conforme seus falantes. Não há por que tentar lutar contra isso, uma vez que essa mudança se dá de forma natural e constante.

Com o avanço da tecnologia e a propagação das redes sociais, a escrita tem sido cada vez mais recorrente como forma de comunicação entre as pessoas, principalmente através dos aplicativos de mensagens instantâneas. Do mesmo modo que a escrita das pessoas ficou mais visível e pública, o preconceito linguístico também teve suas proporções aumentadas. Assim, além dos preconceitos já existentes, surgem a cada dia novos ditadores da “verdade”, indicando o *certo* e o *errado* em nossa língua, excluindo todos falantes que não se enquadram em seus padrões.

A partir disso, evocar discussões sobre preconceito linguístico se faz válido no contexto atual pelo fato de as pessoas estarem se comunicando e interagindo cada vez mais umas com as outras, principalmente em decorrência da disseminação da tecnologia que a cada dia oferece às pessoas mecanismos de comunicação. Assim, as variedades de uma mesma língua se mostra mais exposta, podendo acender o debate em torno do preconceito linguístico.

Esta investigação tem por objetivo verificar a concepção de falantes, do português do Brasil, afirmações acerca da própria língua. A análise buscou compreender se existe preconceito linguístico a partir de diferentes afirmativas e de que forma os falantes dão validade aos mitos que permeiam a língua.

O presente trabalho está dividido de forma que há uma breve contextualização a respeito da temática aqui tratada, o preconceito linguístico. Após, faz-se um levantamento da literatura especializada, com a qual os autores sustentaram suas análises durante o período de

desenvolvimento da pesquisa, buscando elencar de que forma esse preconceito é manifestado na comunidade investigada. Em seguida, é apresentada a metodologia utilizada para a realização da análise dos dados. O tópico final apresenta as considerações finais que foram obtidas através da realização da pesquisa.

2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Resumir a língua portuguesa a uma série de regras de gramática é algo muito comum entre os usuários da língua. Essa assimilação ocorre, principalmente, pelo fato de que, no currículo escolar, a disciplina de Língua Portuguesa é taxada por ser extremamente rigorosa, levando em conta apenas aquilo que é regido pela norma culta da língua e ignorando qualquer fenômeno linguístico que não seja condizente com ela. A partir dessa visão equivocada sobre a língua, origina-se o chamado preconceito linguístico.

Mas e o que é o preconceito linguístico? Assim como todo o tipo de preconceito, trata-se de um *pré*-julgamento de caráter discriminatório. Conforme Scherre (2008, p. 12) o preconceito linguístico “é mais precisamente o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro”. Aprofundando-se um pouco mais no conceito deste termo, pode-se se dizer que

o preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português” (BAGNO, 1999, p. 39).

Uma das formas mais difundidas desse tipo de preconceito é, por exemplo, a de estigmatizar o modo como os falantes de comunidades do interior se comunicam, isso porque se trata de uma variedade diferente da utilizada nos centros urbanos. Esse preconceito é facilmente visto em programas televisivos, principalmente de cunho humorístico, que costumam ridicularizar as variedades menos prestigiadas com o intuito de provocar humor. Porém, justamente a partir dessa concepção, de não reconhecer as variedades existentes na língua e associá-las ao “erro” e ao “cômico”, é que o preconceito linguístico vai sendo

alimentado na sociedade. Por isso, muitos falantes costumam dizer que as pessoas não sabem falar a nossa língua, o Brasil é um país multicultural e repleto de variedades linguísticas. Mas “afirmar que uma pessoa que fala uma língua ou um dialeto sem prestígio não sabe falar é negar o fato de que todas as pessoas dominam as línguas às quais foram expostas” (SCHERRE, 2005, p. 90).

De acordo com Bagno (1999, p. 10), “o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa”. Para que essa ideia seja desconstruída, é necessário que entendamos a língua na perspectiva de Labov que, segundo Severo (2009, p. 13), acredita que “a língua se modifica sob a influência de variáveis de natureza externa ou interna ao sistema, sendo a primeira concernente a fatos sociais e estilísticos, e a segunda, a fatos linguísticos”.

A língua não é só gramática normativa, há uma infinidade de outros temas que a língua engloba, que a gramática por vezes não dá conta.

Por causa dessa incapacidade da norma-padrão de conter a variação e impedir a mudança é que, com o passar do tempo, vai se abrindo uma distância muito grande entre os usos linguísticos reais e as formas normatizadas, padronizadas, eleitas como modelares. No caso brasileiro, essa distância pode parecer um verdadeiro abismo, porque a nossa tradição gramatical se inspira em grande parte em determinados usos (literários, antigos, lisboetas) do português de Portugal e despreza ou condena as variantes mais frequentemente empregadas pelos brasileiros, incluídos aí os falantes com alto grau de escolarização e membros das classes privilegiadas. Surge então o estranho sentimento que a maioria dos brasileiros tem de que “brasileiro fala mal o português” ou de que “português é muito difícil” (BAGNO, 2007, p. 94).

A gramática normativa apenas dita regras sobre uma determinada língua, mas jamais, em hipótese alguma, deve ser utilizada como a única teoria linguística válida. Não se pode ignorá-la por completo, o que se deve fazer é deixar de lado essa visão antiga sobre a língua - assim como ocorre em vários campos do saber - e compreender sua amplitude, seu princípio social. A língua não pode ser objeto de exclusão social, como vem ocorrendo até os dias atuais.

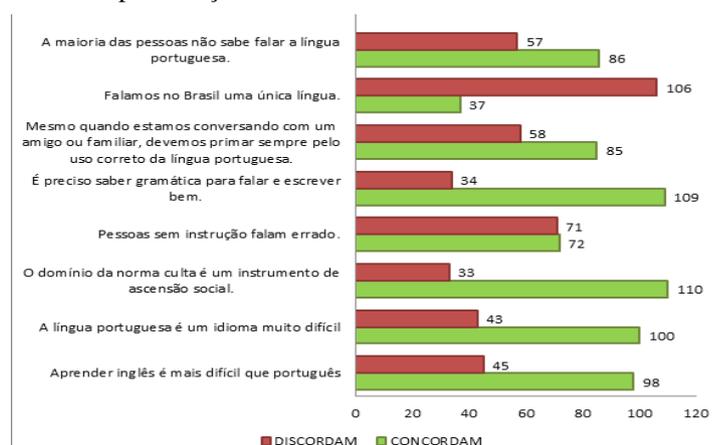
São essas concepções enraizadas em nossa cultura que acabam por incitar o preconceito linguístico constantemente. É algo tão inerente à visão sobre a língua que, muitas vezes, não nos damos conta de que compactuamos com o preconceito linguístico. Como o

próprio Bagno (1999, p. 14) evidencia, “o preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui”. Mas, sendo o Brasil um país de proporções continentais e tão diverso em sua essência, é necessário erradicar a ideia de uma linguagem homogênea, sem os traços da cultura e do regionalismo de cada lugar. Somente desmistificando essas noções de língua poderemos combater o preconceito linguístico.

3 UMA LÍNGUA (DES) CONHECIDA

Com base na leitura da literatura especializada e, principalmente os mitos a que Bagno (1999) se refere em seu livro intitulado “Preconceito Linguístico”, foi organizada uma pesquisa *online* contendo 11 afirmativas acerca da língua portuguesa, sendo que, dentre elas, foram colocados os principais mitos que a envolvem. Essa investigação contou com cento e quarenta e três (143) participantes² que indicaram, a partir da leitura das afirmações, se concordavam ou discordavam do que estava sendo enunciado. Apresentamos aqui as afirmativas em que os resultados melhor podem evocar o preconceito linguístico, bem como aquelas que mais causaram discordância entre os participantes desta pesquisa.

Gráfico 1 - Representação entre concordância e discordância das afirmativas de análise



² A pesquisa foi publicada no perfil do *Facebook* dos investigadores e encaminhada a seus contatos. Buscou-se tomar o cuidado para que o perfil social fosse aproximado. Assim, os autores encaminharam a pesquisa para acadêmicos (concluídos ou em fase de conclusão) com idades que variam de 19 a 32 anos.

Fonte: Autores.

O primeiro mito sobre a língua portuguesa a que os participantes foram convidados a refletir afirmava que *a maioria das pessoas não sabe falar a língua portuguesa*. Do total de participantes, 60,1%, que representa 86 respondentes, acredita que os brasileiros não sabem falar a língua oficial de seu país, confrontando os 39,9%, que correspondem a 57, que discordam dessa afirmativa, como evidenciado no gráfico 1.

Podemos dizer que este resultado evidencia exatamente o que foi apresentado acima: a confusão que se faz entre língua e gramática normativa. Se não soubéssemos falar a nossa língua, não nos comunicaríamos. A partir dessa reflexão é possível perceber que esta afirmação é falsa. A maioria dos respondentes, que concorda com essa afirmação, tem internalizado que saber falar o português é igual a falar de acordo com a norma culta, pois é essa a visão disseminada, em especial por meios de comunicação ou páginas na internet. Pensando nessa perspectiva, não sabemos quem realmente aplica a gramática normativa em sua fala o tempo todo. Portanto, nessa afirmativa foi possível confirmar que, realmente, a concepção de norma está sobreposta à de língua, porque, por concordarem com esse mito, a maioria dos pesquisados não compreende a língua em sua perspectiva social.

Falamos no Brasil uma única língua, foi outra afirmativa que evidenciou como temos muito a descobrir sobre a nossa própria língua. Entre os participantes da pesquisa, 106 deles (74,1%) concordam que no Brasil há mais de uma língua. Em contrapartida, apenas 37 participantes (25,9%) compreendem que há apenas uma língua comum.

Para provarmos que essa afirmação é correta, podemos tomar uma das primeiras afirmações dos estudos linguísticos com Saussure. Segundo o pioneiro linguista, a língua é um produto social e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social a fim de permitir a troca de informação dentre aqueles que a compartilham (SAUSSURE, 1916). Ainda para o linguista, a língua não é ofertada e sim importa, sendo que o falante a “registra passivamente” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 45).

Uma das hipóteses sobre o equívoco ocorrido a partir dessa afirmação, é de que os participantes possam ter desconsiderado as diferentes variedades que existem na língua. O que ocorre é que não são duas ou mais línguas, o Brasil possui apenas uma língua oficial, o Português. Entretanto, sendo um país de grande proporção geográfica, acaba desencadeando

diferentes nomenclaturas para designar o mesmo referente. Isso não quer dizer que é outra língua, e sim uma variedade diferente da língua oficial.

No caso desta afirmativa, obteve-se 59,4% de concordância entre os respondentes, contra 40,6% de discordância. Esse resultado revela que as pessoas ainda acreditam que, mesmo no contexto da informalidade (que seria uma conversa entre amigos ou familiares), é necessário utilizarmos a língua de maneira “correta”. Mais uma vez vemos-nos diante da norma culta e sua imperatividade sobre a concepção de língua, embora em menor expressão do que na primeira afirmativa. A respeito desse resultado é possível observar também que as variedades linguísticas são ignoradas pelos concordantes, não havendo espaço para o uso das variedades linguísticas, logo elas são consideradas “erro”.

É muito comum ouvirmos que *é preciso saber gramática para falar e escrever bem*, entretanto isso não é verdade. Ou melhor, é meia verdade. Como exposto no gráfico acima, 76,2% dos participantes acreditam que *sim* é preciso saber gramática para se expressar bem, tanto na forma oral quanto na forma escrita; já 23,8% acreditam que a gramática não é condição fundamental para tal expressão.

Essa confusão deu-se pela má interpretação da função da gramática. Para Bagno (1999, p. 53) “a tarefa de uma gramática seria [...] definir, identificar e localizar os falantes cultos, coletar a língua usada por eles e descrever essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos e metodológicos coerentes”, não aprisionar a língua a um conjunto de regras. Caso contrário, como o mesmo autor sinaliza, escritores seriam grandes gramáticos. Assim, para falarmos e escrevermos bem, não precisamos necessariamente ser grandes estudiosos da gramática; precisamos, na verdade, ter contato com a língua padrão, falada ou escrita, para que consigamos internalizar seu conteúdo. Saber a gramática, portanto, pode ser, sem dúvidas, um fator a mais para que consigamos nos comunicar melhor, mas não uma exigência para tal.

A afirmativa *pessoas sem instrução falam errado* dividiu os participantes da pesquisa; do total de participantes, 72 deles concordam com a afirmativa (50,3%), já 71 (49,7%) dos que responderam ao questionário acreditam que essa afirmativa não é verdadeira. Esse número significativo e dividido diante dessa questão se dá em decorrência da subjetividade que ela evoca. O que seria uma pessoa *sem instrução*? Alguém que não frequentou os bancos escolares? Entretanto, até mesmo quem não foi alfabetizado sabe comunicar-se. Além de comunicar-se bem, faz uso da gramática da língua.

Pela lógica, a mesma quantidade de pessoas que concordaram que os brasileiros não sabem falar a língua portuguesa deveria ter concordado também com essa questão, já que é a mesma concepção de que as pessoas não sabem falar ou falam errado. Porém, não foi o que aconteceu aqui. Acreditamos que, quando falamos em “maioria de pessoas”, ficou mais fácil concordar, já que se trata de um público maior; entretanto, quando falamos em “pessoas sem instrução”, esse público é mais restrito e, devido a isso, nossa hipótese é que os respondentes podem ter se sentido intimidados a marcar o que realmente pensam.

O que também pode ser sinalizado nessa afirmativa é a expressão *falam errado*. Como evidenciado anteriormente, sob a luz da Sociolinguística, não há *certo* ou *errado*, existem situações de comunicação, de uso da língua. Entendemos que essa afirmativa demonstra concepção de mundo equivocada do participante.

Para os falantes de uma língua, não necessariamente o português, *o domínio da norma culta* é visto como um dos fatores de ascensão social. Quando deparados com essa afirmativa, 76,9% dos participantes desta investigação concordaram e os demais discordaram.

Mas se a norma culta é um instrumento de ascensão social, os professores de língua portuguesa deveriam estar no topo da pirâmide social, o que não é verdade. Segundo Bagno (1999, p. 69) acreditar que “basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela “suba na vida” é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana. Portanto, essa afirmativa não é verdadeira e o resultado da pesquisa somente evidencia mais um dos mitos que ainda prevalece na sociedade atual.

Nas aulas de português, frequentemente ouvimos os alunos comentando o quão difícil é aprender nossa língua. Para analisar até que ponto as pessoas pensam desse modo, usamos a afirmativa *A língua portuguesa é um idioma muito difícil*, com a qual 69,9% dos pesquisados concordaram, enquanto apenas 30,1% dos participantes discordaram. Já na afirmativa *Aprender inglês é mais difícil que português*, a maioria dos participantes discordou (68,5%) enquanto 31,5% dos pesquisados concordou.

Com esses dados podemos tecer duas observações: a primeira é de que, sem dúvida, existe uma regularidade nas respostas, pois, basicamente, os mesmos pesquisados que acham o português difícil, também acham que o inglês é mais fácil. A segunda observação é de que, mesmo comunicando-se de forma plena em sua língua materna, os pesquisados ainda

consideram outra língua mais fácil. As respostas ressaltam mais uma vez, a percepção de língua portuguesa que os pesquisados possuem, uma língua feita de regras difíceis (já que ninguém consegue internalizar todas as regras e suas exceções), na qual a ideia de “certo” e “errado” define a qualidade de comunicação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos achados nesta investigação foi possível notar que o preconceito linguístico está presente em nosso cotidiano, nas diferentes manifestações da língua. Esses julgamentos acerca da língua estão muito atrelados ao fato de como cada falante faz uso da língua, ou seja, como cada um se comunica com o mundo. O que percebemos é que não há entendimento entre os falantes sobre *o que é língua* e como essa pode se manifestar. As variações de uma língua não geram uma nova, tampouco classificam o outro como incompetente, por não fazer uso da mesma variedade que nós.

Esta investigação, além de buscar apresentar as concepções de língua dos falantes, também revela o pouco conhecimento que possuímos do instrumento de comunicação que nos cerca. Mesmo a língua sendo social, nota-se que, por diversas vezes, esse fato serviu para excluir aqueles que não partilham da mesma variedade linguística. Promover o preconceito linguístico, como já mencionado anteriormente, é negar toda história do falante. Deve-se entender as variedades de uma língua como algo que a enriquece, jamais como um fator de exclusão.

Compreender e analisar como essa variedade da língua se manifesta dentro de um território e desmistificar os mitos aqui expostos é uma forma de combate ao preconceito linguístico, que é visto como um divisor social.

5 REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. Parábola Editorial: São Paulo, 2007.

_____. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. 15 ed. Loyola: São Paulo, 1999.

Linguagens & Cidadania, v. 19, número especial, jan./dez., 2017.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/>> Acesso em: 30 nov. 2017

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística Geral**. 27. edição. Organizado e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.

SEVERO, C. G. **O estudo da linguagem em seu contexto social**: um diálogo entre Bakhtin e Labov. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502009000200003>>. Acesso em: 01 out. 2017.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Editora Parábola, 2005.

_____. **Dossiê**: Preconceito linguístico e cânone literário: 2008. Cadernos de Letras da UFF, n. 36, p. 11-26, 1. sem. Disponível em:
<<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/36/entrevista.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2017.